

O LATIFÚNDIO GENÉTICO E A R-EXISTÊNCIA INDÍGENO-CAMPESINA¹

CARLOS WALTER PORTO GONÇALVES²
Universidade Federal Fluminense

Este trabalho é dedicado às comunidades de Laguna el Paraíso, Laguna Suspiro, Nuevo San Pedro, 6 de Octubre, Nuevo Guadalupe Tepeyac, Nueva Cintalapa, San Antonio Escobar, Plan de Ayutla, Chamizal, La Culebra, Cintalapa, Limonar, Santa Rita, Taniperla, El Jardín, Villa las Rosas Zapotal, Lacanjá Tseltal, Santo Domingo, Arroyo Granizo, Plan de Guadalupe, Niños Héroes, Monte Libano, Santa Elena, Censo, Taniperla, Manuel Velasco Suarez, San Jerónimo, Agua Azul, Emiliano Zapata, Perla de Acapulco, El Zapotal, San Caralampio, San José, Calvario, Nuevo Monte Libano, Guadalupe San Luis, Sibal, San Francisco, Infiernillo, Zaragoza, Lacandón, San Jerónimo Tulijá, Ranchería Paraíso Tulijá, Ranchería San isidro, Ranchería San Felipe, Ranchería San Pedro, Ranchería San Marcos, Río Jordán, San Juan y Jol Tulijá todas no México e que, de um modo ou de outro, estão ameaçadas, direta ou indiretamente, pela criação da Reserva Integral da Biosfera de Montes Azules (REBIMA) e da chamada Zona Lacandona.

INTRODUÇÃO: A POLITIZAÇÃO DO DEBATE SOBRE A NATUREZA

Desde os anos sessenta que o debate acerca da natureza vem ganhando a cena política. Até ali a preocupação com a natureza no interior da sociedade ocidental se resumia ao debate entre os preservacionistas e os conservacionistas, debate esse restrito a setores científicos que, via de regra, buscavam convencer as autoridades governamentais acerca da importância de preservar ou conservar os recursos naturais. Esse debate restrito ao âmbito técnico-científico e governamental não foi suficiente para impedir que a riqueza constituída pela natureza se tornasse alvo de um debate muito mais amplo, ganhando as ruas, ensejando o surgimento do movimento ambientalista propriamente dito. Os anos sessenta assinalam, portanto, o início da politização do debate acerca da natureza colocando-o como parte do debate acerca dos destinos da sociedade³.

Duas questões àquela época roubaram a cena — o consumismo e o militarismo. Assim, não mais assistíamos a uma crítica ao caráter desigual da distribuição da riqueza entre os ricos e os pobres no interior de um mesmo país ou entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos. Uma nova crítica emergia ali mesmo na Europa e nos Estados Unidos onde a

1 Este trabalho contou com a colaboração de Glauco Bruce, Luiz Fernando Scheibe, Héctor Alimonda, Enrique Left e Ana Esther Ceceña que, com seus comentários críticos, me fizeram aperfeiçoá-lo. Todavia, é preciso dizê-lo, são os próprios protagonistas que estão colocando essas questões resignificando o real e, assim, colocando em tela novos conceitos sobre os quais escrevemos, O que aqui está *escrito* está, de certa forma *inscrito* na realidade vivida pelas comunidades a quem devolve este trabalho.

2 Carlos Walter Porto Gonçalves é doutor em Geografia, Professor Adjunto do Programa do Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro, Brasil), ex-presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros — AGB (1998-2000); é membro do Grupo de Trabalho Hegemonia e Emancipações de Clacso - Colégio Latino Americano de Ciências Sociais; é autor de diversos artigos e livros publicados em revistas científicas nacionais e internacionais, sendo os mais recentes “Da Geografia às Geografias: um mundo em busca de novas territorialidades”, artigo publicado no livro ‘La guerra Infinita: hegemonia y terror mundial’ coordenado por Sader, E. e Ceceña, Ana Esther (orgs.), Clacso, Buenos Aires 2002; “Geografias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad”, ed. Siglo XXI, México, 2001 e “Amazônia, Amazônias”, ed. Contexto, São Paulo, 2001.

3 Politização, como se vê, no sentido que os gregos emprestavam à palavra, isto é, enquanto arte de definir os limites que passa a ser feita nas ruas, na ágora, na pólis.

sociedade ocidental parecia haver atingido os seus objetivos maiores, ali onde ela era mais desenvolvida. Portanto, não se tratava mais de proporcionar a todos aquilo que só era proporcionado a alguns, simplesmente distribuindo a riqueza. De certa forma essa crítica atingia a matriz individualista consumista liberal, como também aqueles que confundiam socialismo com distribuição da mesma riqueza produzida no interior de uma cultura individualista.

Essa politização do debate acerca da natureza abria espaços para que setores técnicos e científicos ganhassem força e buscassem tirar proveito dessa politização, pressionando as autoridades governamentais para que tomassem medidas conservacionistas ou preservacionistas. Há, assim, uma ambigüidade desses setores técnicos e científicos que se interessam pela questão da preservação ou da conservação da natureza, cuja retórica clama pela despolitização do debate ambiental para que se tome mais objetivo e técnico. Entretanto, a importância que ganham depende da maior politização dessa problemática. Afinal, quanto mais a natureza se tome uma preocupação da maior parte dos cidadãos na pólis maior a importância dos discursos que se apresentem em seu nome. É o que veremos já em 1967, em Paris, quando a ONU convoca uma reunião para debater questões relativas à biosfera e, em 1972, uma conferência mundial sobre meio ambiente é realizada em Estocolmo na Suécia. Registre-se o significado que o Clube de Roma teve na preparação dessa reunião. O Clube de Roma fôra constituído por um grupo de empresas que operavam à escala mundial (FIAT, XEROX, Ollivetti, Remington Rand, IBM entre outras) e que financiara o famoso estudo do Massachusetts Institute of Technology intitulado *The Limits to Growth — Os Limites do Crescimento* (GONÇALVES, 1985). A experiência do Clube de Roma, como se vê, articula setores ligados ao grande capital multinacional aos técnicos e cientistas.

Durante 20 anos (1972 a 1992) o debate no interior do ambientalismo se fez, de um lado, entre aqueles que questionavam o estilo de desenvolvimento, tanto na sua vertente liberal-capitalista como na socialista de inspiração produtivista (ex-URSS, por exemplo), colocando na ordem do dia a questão de uma revolução cultural e, de outro lado, aqueles que acentuavam que a capacidade de suporte do planeta estava se esgotando, como o Clube de Roma, por exemplo. Mais uma vez a politização do debate proporcionava espaço para que todo um campo de negociação e diálogo se desenvolvesse onde, quase sempre, se procura deslocar o debate do terreno político para o terreno técnico-científico, como se esses dois campos fossem excludentes. A estratégia não é nova e já havia sido posta em prática recentemente em um campo muito próximo aos ambientalistas. Relembremos do que ocorrera a partir de finais dos anos 40 quando a fome começou a ser politizada, sobretudo, após a Revolução Chinesa. A imagem de milhões de camponeses em marcha com bandeiras vermelhas lutando contra a fome levou a que se tentasse despolitizar o debate propondo uma Revolução Verde para o que vão se empenhar diretamente setores empresariais, como os Rockfellers, mobilizando todo um conjunto de instituições técnicas e financeiras além de organismos internacionais. A Revolução Verde, técnica, foi feita contra a Revolução Vermelha, de caráter social e político. Esse deslocamento do debate do campo político para o técnico faz parte das *técnicas da política* para o que Machiavel tanto nos chamara a atenção e, quem sabe, por isso mesmo, tenha contribuído para que seja tão olvidado.

No entanto, a politização do debate envolvendo a natureza atingiria seu auge nos finais dos anos 80 quando a Revista *Time* elegeu o planeta Terra como personalidade do ano e a Amazônia ganhava destaque com as queimadas dando ensejo, inclusive, para que o assassinato de um líder sindical e socialista — Chico Mendes — ganhasse o noticiário mundial, muito embora, diga-se de passagem, não como líder sindical e socialista mas, sim, como ecologista. Mais uma vez ali, nos finais dos anos 80, o debate voltava a assinalar uma vertente teórico-política que acentuava que a capacidade de suporte do planeta estaria se exaurindo — caso da revista *Time* — e outra vertente que procurava apontar para a necessidade de uma revolução social e cultural no sentido de se instituir novos sentidos para as nossas práticas, caso de Chico Mendes. Estamos, mais uma vez, diante de dois paradigmas distintos.

Em finais dos anos 80 a ONU, que já patrocinara nessa mesma década a elaboração de um Relatório que procurava diagnosticar o estado ambiental do planeta — o Relatório Brundland —, convoca uma reunião para debater a relação entre meio ambiente e desenvolvimento — a CNUMAD — que se realizará no Rio de Janeiro em 1992.

NOVOS PROTAGONISTAS ENTRAM EM CENA

O debate em 1992 não se dá mais na fria Estocolmo, nem tampouco em frios gabinetes governamentais restritos a técnicos e a cientistas, como em 1972. E, mais, se dá numa data emblemática - *1992 nos remete a 1492*. E, assim, 1992 *atualiza* os 500 anos de constituição do mundo moderno-colonial reforçado, ainda, pelo fato desse encontro ter sido na América Latina, o que permite que a história da região *atue* no presente com a significação que, desde o início, teve na conformação do mundo contemporâneo.

Enfim, 500 anos depois da constituição do mundo moderno-colonial, os chefes de estado de todo o mundo se reúnem para debater o futuro da humanidade ameaçado pelos riscos trazidos ao planeta pela dinâmica de reprodução desse mesmo mundo moderno-colonial imposta, sobretudo, pelo seu pólo hegemônico.

Mais importante, ainda, é que ali, naquele mesmo 1992, na mesma cidade do Rio de Janeiro, reuniam-se, num Fórum Paralelo, várias organizações não-governamentais e vários movimentos sociais de todo o mundo, na maior manifestação até ali jamais havida de tantos ativistas de movimentos sociais diferentes, dos mais diferentes lugares do mundo, inaugurando um ciclo de manifestações que, desde então, não deixaria de, cada vez mais, ganhar expressão.

Não olvidemos que a queda do Muro de Berlim (1989) liberara uma série de movimentos sociais que, até então, se achavam confinados pela estreiteza ideológica da Guerra Fria. E como se o espírito dos anos 60 pudesse, finalmente, emergir à cena política mundial sem as desqualificações que vinham dos dois lados da Guerra Fria.

Cabe destacar que esse ciclo de manifestações ganharia um grande impulso a partir do 10 de janeiro de 1994 quando um México profundo, por meio dos zapatistas, se apresenta no mesmo momento em que o NAFTA era proclamado. E, ainda, em 1999, em Seattle, esse grande ciclo de mobilizações da sociedade civil mundial identifica que é na OMC que o culto da economia tenta se impor sobre todos os outros cultos, como se fosse o único culto. Em 2001 e 2002, em Porto Alegre, o Fórum Social Mundial reuniria milhares de ativistas, 15.000 em 2001 e 51.000 em 2002, de múltiplos movimentos sociais numa verdadeira babel político-cultural.

Retornemos a 1992. A data é emblemática porque, de um lado, estavam ali reunidos chefes de Estado de todo o mundo explicitamente reconhecendo que o Planeta e a Humanidade corriam perigo e, por outro lado, 1992 é a celebração de 500 anos de inauguração da moderno-colonialidade. Na verdade, ali se refletia sobre a crise do mundo moderno-colonial que teve como marco o encontro - Etienne la Boétie diria mal-encontro - da civilização europeia com as civilizações que se inventaram deste lado do Atlântico e cuja dinâmica assimétrica e contraditória imposta pelo seu pólo hegemônico está pondo em risco a própria existência da humanidade e do Planeta. E o que pudemos ouvir na grande casa montada por diversas comunidades indígenas, lá mesmo no Fórum Paralelo de 1992 no Aterro do Flamengo no Rio de Janeiro. Mais do que denunciar o massacre, o genocídio e o etnocídio cometido contra os povos ainda-não-americanos ali procurava-se saudar o fato de os principais agentes do pólo hegemônico do mundo moderno-colonial estarem explicitamente reconhecendo que a humanidade estava precisando cuidar do ar, da água e da terra e sobre isso, com toda certeza, os povos originários da América tinham mais a ensinar do que a aprender.

De fato, sobretudo a partir de 1992, não podemos mais deixar de reconhecer que aquilo que chamávamos modernidade ocultava um componente constitutivo desse-nosso-mundo-que-aí-está que é a sua dimensão colonial (LANDER, 2000). Afinal, foi a América que proporcionou aos europeus as condições para se distinguir e se afirmar, a partir dos séculos XV e XVI, perante o Grande Turco que os europeus sempre temeram. O peso das tradições orientais até hoje constitui uma síndrome no pensamento-ação europeu e em sua mais legítima realização, os Estados Unidos da América. Exemplo disso é que um verdadeiro fundamentalismo do novo até mesmo vai ser construído a partir da Europa e dos Estados Unidos, a tal ponto que ser novo parece ser bom simplesmente por ser novo, independentemente dos atributos do que seja novo. Ser velho e/ou tradicional parece condenar o que quer que seja pelo simples fato de ser velho, independentemente dos atributos do que se esteja chamando por velho. Civilizações que

inventaram a agricultura, a escrita, as cidades, como aquelas que habitaram o atual Irã e Iraque, na Mesopotâmia do Tigre e do Eufrates, assim como as brilhantes civilizações que habitaram o território do atual Afeganistão, na Ásia Central, do que os sítios arqueológicos hoje bombardeados talvez ainda possam servir de testemunhas, são vistas como símbolos do atraso a ser superado, arraigadas que são às tradições. Assim, a afirmação dos valores europeus parece uma eterna fuga para a frente como se procurasse não lembrar de um passado e, assim, implicitamente, reconhecendo sua grandeza.

Buscava-se o caminho marítimo para as Índias para retomar o caminho de Constantinopla, impedida aos europeus pelos turcos desde 1453, e o que se descobriu foram indígenas com uma imensa riqueza que pizarramente será saqueada para alimentar uma acumulação primitiva permanente de capital. A síndrome do Moderno europeu ocidental trás assim, de um lado, essa marca de esquecer o Antigo e o Tradicional - o Império Otomano e o Oriente - e, de outro lado, essa marca colonial - a América e seus povos originários ; - sem a qual a modernidade européia jamais teria o ouro que a faria brilhar.

É aqui, na América, que os europeus inventar ão o Novo Mundo onde ressuscitarão a escravidão que as lutas dos (então chamados) bárbaros contra o Império Romano haviam enterrado, assim como na América os europeus reinventarão o racismo moderno submetendo à desigualdade os diferentes - os índios e os negros. O Novo (?) Mundo nasce racista e escravocrata.

Não nos esqueçamos, ainda, que Portugal e Espanha foram os dois primeiros estados territoriais, forma geográfico-política por excelência da sociedade moderno-colonial, e foi por meio desses dois estados que o mundo moderno-colonial escravista e racista se constituiu. A Terra (Geo) ganhou uma marca (grafia) – o meridiano de Tordesilhas - àquela época (1494) sancionado pela Igreja. Se o meridiano de Tordesilhas indicava a hegemonia ibérica nesse mundo moderno-colonial, o meridiano de Greenwich - nova grafia na terra - sinalizará a hegemonia da Europa norte-ocidental, inglesa sobretudo, agora não mais sancionada pela Igreja, mas pela Ciência. Ali há um relógio que, com a abstrata objetividade matemática, marca o tempo do mundo a partir de um subúrbio de Londres. Com a máquina a vapor que acompanha esse novo momento de um mundo que se mundializa pelas mãos das burguesias européias, cada lugar deverá ajustar-se a esse tempo-mundo para que a energia simbólica que o move - o dinheiro - possa se apropriar da matéria-energia necessária para mover concretamente sua engrenagem real. Tempos Modernos. Templos Modernos. A velocidade torna-se uma verdadeira vertigem.

Consideremos que, na perspectiva hegemônica desse mundo moderno-colonial, o advento da máquina a vapor passou a significar a possibilidade concreta de *dominação da natureza* pela civilização industrial européia-estadunidense. Eis a expressão - *dominação da natureza* - que, melhor do que qualquer outra, caracteriza o pólo moderno do mundo moderno-colonial. O pólo colonial é a natureza a ser dominada. Ali estão os ‘povos sem história’; os povos que vivem em ‘estado de natureza’; os povos que vivem, ainda, em estágios inferiores - selvageria e barbárie - de um mesmo *continuum* em cujo ápice - a civilização - está a Europa e os Estados Unidos; os povos *Sem - sem* escrita, *sem* propriedade, *sem* Estado, que é um modo de avaliá-los não a partir do que eles são; os povos atrasados em relação a um tempo que se quer como metro - o tempo do relógio.

Lewis Mumford nos chamou a atenção que o relógio foi a primeira máquina moderna, fato esse de enormes implicações e pouco explorado. Com todas as suas engrenagens o relógio é *máquina de tempo* e um tempo que se automovimenta independentemente das temporalidades de cada ente ou de cada cultura que tem seu ritmo próprio. O relógio é uma máquina que não produz nada concreto. A máquina a vapor trás para dentro de si essa possibilidade de controle do tempo da matéria submetendo-a pelo controle da energia fóssil, enfim, energia solar fotossintetizada há milhões de anos atrás, cuja molécula de carbono concentra uma energia tal capaz de realizar a energia de múltiplos cavalos - daí falarmos de cavalo-vapor. Aplicado o princípio da máquina a vapor à navegação transoceânica nenhum lugar do mundo estará a salvo das garras do pólo moderno do mundo moderno-colonial. O deslocamento de matéria e energia realizará uma geografia profundamente desigual dos proveitos e dos rejeitos pois, afinal, a clivagem racista e escravocrata é constitutiva, e não acessória, dessa ordem mundial contraditória. Os números são

avassaladores: os 20 % do andar de cima do planeta consomem 80 % das matérias e das energias do planeta. O estilo de vida de um *european and/or american way of life* equivale a 173 etíopes ou a 52 paquistaneses em termos de consumo de matéria e energia. Enfim, o planeta fica abalado não quando nasce um bebê na China ou na Índia mas, sim, quando nasce um bebê nos Estados Unidos, ou na Europa, ou no Japão ou entre os ricos do sul que partilham desse *european and/or american way of life*.

Nessa ordem moderno-colonial o pólo ativo é o moderno. Daí dizer-se modernização que é o modo como o moderno se expande por e para outros lugares, regiões e povos. E nesse pólo moderno que se encontraria a cultura que, no interior desse magma de significações hegemônicas, deveria dominar a natureza. A natureza, assim como os povos, lugares e regiões a ela assimilados, é o lado passivo dessa história moderno-colonial.

1992 será o marco do encontro daqueles que desde 1492 só se encontravam por meio de um centro - a metrópole colonial - que os mantinha afastados um do outro e que, mesmo depois de 5 séculos de modernização, não desapareceram. 1992 marca, assim, o encontro da sociedade mundial consigo mesma, não por meio do Estado, mas enquanto sociedade civil, por meio de movimentos sociais que pleiteiam uma participação mais protagônica nos seus destinos de modo cada vez mais intenso. E tudo se passava em torno dos limites com que a humanidade teria que se haver diante de um planeta ameaçado de não mais suportar a lógica do desenvolvimento posta em curso exatamente com a idéia mestra de dominar a natureza.

Ali, em 1992, a mediação do Estado parecia ser questionada até pela presença, em grande estilo no Fórum Paralelo, de um fenômeno sociológico que vinha ganhando expressão e que trás a ambígua denominação de organizações não-governamentais. Mais uma vez, a queda do Muro de Berlim se fazia presente até porque os regimes políticos que entraram em derrocada no leste europeu eram conhecidos pela forte presença do Estado e, assim, o não-governamental parecia ganhar legitimidade. Todavia, a década de 90 se encarregaria de explicitar a ambigüidade das organizações não-governamentais até porque a hegemonia neoliberal, que tanto estimula o não-governo, pouco a pouco foi se revelando despreocupada com as questões sociais e ambientais, como que terceirizando aquilo que se apresentava como direito e, portanto, parte do Estado. Não deixa de ser uma situação desconfortável o enorme crescimento de entidades que se querem não governamentais numa época de hegemonia de práticas políticas que estimulam o não-governo, como é o caso do neoliberalismo.

Não sem sentido o 1º de Janeiro de 1994 zapatista ganha o mundo trazendo ao centro da cena não mais um comandante, mas sub-comandantes. E que o novo movimento que o neoliberalismo fazia para inventar uma nova territorialidade - os blocos regionais, ali por meio do NAFTA - tentava apagar aquela história em comum que havia submetido os povos a construir suas identidades, mesmo que contraditórias, por meio dos estados nacionais. Do fundo da selva de Lacandona, de Chiapas, se levantavam aqueles que até ali eram invisíveis, mas nem por isso menos reais. E, com eles, toda a clivagem racista e desigual constitutiva desse mundo moderno-colonial ganhava as manchetes dos jornais de todo o mundo. Definitivamente as relações internacionais já não são mais um monopólio dos 'de cima'.

Com os zapatistas se levantavam não só os indígenas e camponeses mexicanos, mas todos os que, em todos os cantos do mundo, foram construtores da sociedade moderno-colonial e que, agora, ganham visibilidade na cena política. Povos que haviam sido assimilados à natureza emergem do fundo das selvas, seja em Xapuri, cidade amazônica onde nasceu Chico Mendes, seja em Lacandona, em Chiapas no sul do México, seja por meio do movimento Chipka dos camponeses indianos e, até mesmo, uma internacional camponesa se constitui - a Via Campesina, trazendo a natureza e a cultura para o centro do debate político mundial. Não mais *o fast food* se apresenta como qualidade incontestável. A velocidade com que se corre e se come não nos permite mais observar a paisagem que se torna passagem. Fala-se, agora, do direito de se comer de acordo com o gosto que caracteriza cada cultura e, assim, sabor (*saveur*) e saber (*savoir*) podem voltar a se encontrar.

SOCIEDADES COM E SOCIEDADES CONTRA A NATUREZA

Na fase atual da sociedade mundial contraditoriamente estruturada que vivemos uma nova revolução tecnológica vem sendo processada, como muitos vêm acentuando. Sublinhemos que a técnica não é algo externo às relações sociais e de poder. Ao contrário, ela é produzida no interior dessas relações e, assim, trás dentro de si as contradições dessa mesma sociedade. É fundamental que registremos esse fato para que compreendamos as contradições que emergem a partir da biotecnologia, um dos setores de ponta da *revolução tecnológica de poder* em curso. A partir desse campo a natureza passa a ser ressignificada e há uma sobrevalorização da natureza, particularmente da vida no sentido biológico. A natureza passa a ser lida enquanto fonte de informação genética (germoplasma).

Paradoxalmente, essa diversidade biológica se encontra hoje em proporções muito maiores exatamente nos países e nas regiões que ficaram à margem do processo de moderno-colonização e que, por isso, não foram plenamente (des)envolvidas. São, via de regra, lugares de relevo acidentado, alagados, cobertos por densos bosques tropicais que serviram, exatamente por isso, de abrigo como verdadeiros refúgios para aqueles que procuravam escapar do processo de modernização. No limite, lembro aqui, das Comunidades de Resistência da Guatemala que, diante do massacre a que se viram submetidas ainda muito recentemente nos anos oitenta, tinham que obter tudo de que necessitavam dos próprios lugares num máximo absoluto de autosustentabilidade. Por isso essas populações aprenderam a viver *com* e não *contra* a natureza pois, afinal, dependem da capacidade de conviver com a produtividade natural dos ecossistemas (LEFF, 1994).

Mas não são só essas as populações que se inventaram numa relação *com* e não *contra* a natureza. Há outras na África, na Ásia e na América Latina e Caribe que precisam ser consideradas. E, para isso, é preciso romper com todo um pilar a partir do que se constituiu o saber do chamado mundo ocidental, sobretudo a partir do Renascimento, que separa natureza de cultura e, nessa disjunção, hierarquiza colocando o pólo ativo, o sujeito, na cultura e o lado passivo, o objeto, na natureza. E como se tudo se passasse como no Gênesis em que Deus criara as plantas, os bichos, as montanhas, o ar, a água durante os seis primeiros dias da Criação e somente no derradeiro dia criasse o homem, à sua imagem e semelhança. Assim, a natureza já está à disposição do homem. A história do nosso planeta é mais complexa do que admite esse paradigma que separa natureza de cultura.

Consideremos, por exemplo, que o atual desenho climático-botânico do planeta adquire a atual formação de 12.000 anos para cá, isto é, depois do recuo da última glaciação (Würm). Um dos maiores geomorfólogos do mundo, o geógrafo brasileiro Aziz Ab'Saber, da Universidade de São Paulo, ainda nos anos setenta nos brindou com uma acurada análise dos diferentes domínios morfo-climáticos das paisagens da América do Sul entre os anos 12.000 e 18.000 (Vide mapa abaixo) que nos permite visualizar que nessa parte do mundo, hoje coberta em sua maior parte por densos bosques tropicais, como a Amazônia com seus 8 milhões de quilômetros quadrados, assim como as extensas áreas de Mata Atlântica, que já cobriu quase que inteiramente a costa Atlântica brasileira, não havia floresta e, sim, vegetação herbácea e arbustiva que, no Brasil, são conhecidas como Cerrados e Caatinga. Nessas áreas os climas dominantes, entre 12.000 e 18.000 anos, eram muito mais secos e, por isso, limitavam a formação de floresta densas que, assim, estavam restritas a alguns nichos, refúgios (vide mapa).

No entanto, se consideramos a produção científica que vem da arqueologia, lá veremos que as populações que ocuparam essas imensas áreas da América do Sul, inclusive as suas florestas, não esperaram, tal como no Gênesis, que os ecossistemas ficassem prontos para ocupá-los. Ao contrário, os Tupi e os Guarani, assim como os Aruaques, entre outros povos, foram ocupando essas áreas enquanto esses ecossistemas se formavam e, assim, foram *co-evoluindo*, eis a palavra-chave, com esses ecossistemas. Assim, não há um ecossistema anterior à ocupação por esses povos e suas culturas, como muitos, prisioneiros dos paradigmas dicotômicos já superados, querem fazer crer.

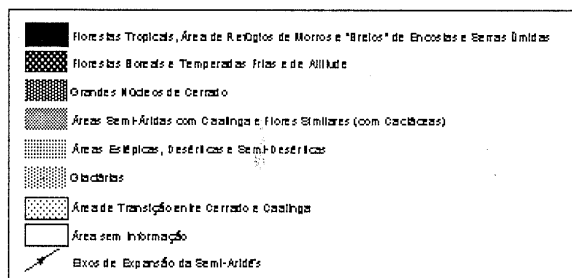
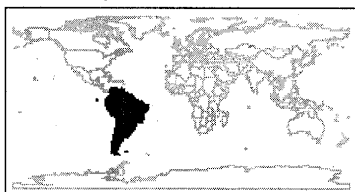
Vários são os estudiosos que corroboram essa tese. A antropóloga Berta G. Ribeiro destaca que “o manejo indígena da floresta, transmitido ao caboclo, consiste na prática de uma agricultura itinerante combinada com a coleta de produtos naturais, a caça e a pesca” (RIBEIRO, 1990: 57).

Em outro trabalho William Balée (BALEE, 1988: 52) considera que ‘a noção vigente de que as populações aborígenes da Amazônia estão adaptadas à floresta primária deve ser invertida: a referida adaptação é exercida em relação ao *agroflorestamento* devido ao manejo do meio ambiente’ (RIBEIRO: 57). Afirma ainda que ‘os diferentes perfis dessas florestas podem ser vistos como artefatos arqueológicos, em nada distintos dos instrumentos e cacos de cerâmica, uma vez que elas nos abrem uma janela para o passado da Amazônia”, num trabalho sugestivamente sob o título ‘Florestas Culturais da Amazônia’ (BALÉE, 1987). Nesse mesmo trabalho William Balée (BALÉE: 12-13) sugere que as concentrações da palmeira babaçu (*Orbygnia phalerata*) no Maranhão, estado da Amazônia Oriental brasileira, podem ter sido o resultado da atividade agrícola dos Kaapor, grupo indígena Tupi que anteriormente habitou essa região, ora ocupada pelos Guajá, também do grupo Tupi que, ainda hoje, retiram grande parte de sua dieta protéica vegetal da polpa e semente dessa oleaginosa. Espécies como a castanheira, babaçu, cacau ‘selvagem’ (*Theobroma* sp.) ou o ingá (*inga* spp.) são encontradas em biótopos os mais variados e são pistas importantes para estudar a própria ocupação humana da Amazônia. O próprio cacau tem sua origem na América Central, sendo bebida apreciada pelos astecas, tendo sido introduzida na Amazônia pelos povos que a ocuparam.

Paisagens da América do Sul Antes da Última Glaciação

Entre 18000 e 12000 Anos

Localização da América do Sul no Mundo



Adaptado por Carlos Walter Reza G. de Aziz Ab' Saber, 1970-Bol. In do Instituto de Geografia da USP, São Paulo, Brasil



Escala Numérica - 1:500



Em seus estudos Darrell A. Posey demonstrou que as antigas roças dos Kayapó, chamadas capoeiras, não são campos abandonados após 2 a 3 anos de produção. Ao contrário disso, as capoeiras continuam armazenando: batatas doce — por 4 a 5 anos; cará, durante 5 a 6 anos; mamão, pelo espaço de 4 a 6 anos. Algumas variedades de bananas continuam a dar frutos durante 10 a 15 anos. O urucu (*bixa orellana*), planta tintória usada na alimentação e na ornamentação indígena, por 25 anos; e o cupá (*cissus tongylodes*), um tubérculo semelhante à macaxeira (*Manihot dulcis*), por 40 anos (POSEY, 1986: 174-175).

Berta G. Ribeiro, com base no mesmo trabalho de Posey, nos diz que “as capoeiras — antigas roças deixadas de pousio depois de 2 a 3 anos de cultivo — têm outra função: oferecem brotos e folhagens viçosas para alimento da fauna. A par disso, os índios plantam árvores frutíferas em

roças novas e velhas, como isca de caça (POSEY, 1986: 175). As capoeiras são, por isso: 1- bancos de germoplasma, ou seja, reservas de mudas e sementes; 2- pomares (transplante de pupunha (*bactris sp.*), cucura (*porouma sp.*), ingá (*inga spp.*) e outras; 3- ‘fazendas de caça’.

Em essência, os estágios progridem de (1) roça de mandioca (*Manihot esculenta*), de outros tubérculos e de frutas para (2) roça residual (capoeira) e pomar; e para (3) floresta alta. O crescimento de plantas invasoras é permitido para propiciar novas queimadas, uma vez que as cinzas fertilizam a terra e o fogo afasta as pragas, quando ateadado a pequenas glebas” (RIBEIRO, 1990: 62-63).

O antropólogo Darell Posey admite a hipótese de uma categoria intermediária entre plantas domesticadas e plantas silvestres: a de plantas semidomesticadas. Fala dos períodos de longas caminhadas, com duração de até três meses, que as famílias Kayapó empreendem na estação seca, encontrando nas trilhas por eles abertas e em nichos por eles criados, ou por seus antepassados, o necessário à vida. É possível afirmar-se, com as pesquisas já realizadas, que as populações indígenas contribuíram enormemente para a composição da floresta tropical e, nesse sentido, estas florestas bem poderiam ser denominadas de Floresta Cultural Tropical Úmida.

Na região montanhosa central do Istmo de Tehuantepec que se inicia em Chiapas, atravessa Oaxaca e continua até a parte central de Vera Cruz, no sul do México, podemos identificar duas zonas — Uxpanapa e Chimalapas — que representam áreas especialmente ricas do complexo e dinâmico refúgio florístico que caracterizam a região. Nessas regiões, em seus inventários realizados nas selvas de Uxpanapa, Vitor Toledo (TOLEDO, 1978) identificou 924 plantas, 150 aves, 34 mamíferos, 7 tartarugas e 13 peixes em três ecossistemas. Num inventário específico realizado no Ejido Agustín Melgar, ainda em Uxpanapa, foram identificadas 168 espécies úteis nas matas primárias; 155 nas matas secundárias e 33 nos rios, num total de 356 espécies úteis entre alimentos, remédios, materiais de construção, instrumentos e madeiras, forragens, peles e fibras, gomas, ceras, venenos, corantes e aromatizantes. Se a esta riqueza se agrega a aportada pelas comunidades indígenas em suas zonas de cultivo e hortas familiares chegamos a 783 produtos úteis (Figura tomado de TOLEDO, 1978).

A América Central e a Amazônia constituem-se na mais extensa área do planeta em termos de diversidade biológica, não só pela extensão de área tropical que ocupam mas, também, porque a presença do arco da Cordilheira dos Andes, conformando os altos cursos dos rios formadores da bacia amazônica, e toda a serra que liga a América do Sul à América do Norte, a *Sierra Madre* que atravessa a América Central, faz com que essas regiões abriguem diferentes gradientes altimétricos e, ainda, no caso da América Central, pela distância reduzida, menos de 100 quilômetros nos seus trechos mais estreitos, que separa o Atlântico (Golfo do México) do oceano Pacífico, tornam essa faixa de terras singularíssima porque situada entre duas imensas massas oceânicas sendo, ainda, um corredor entre duas grandes massas de terras continentais, fatores ainda mais complexificadores do dinamismo da diversidade biológica dessa região.

No caso da Floresta Amazônica que abrange o Brasil, a Colômbia, o Peru, o Equador, a Bolívia, a Venezuela, além do Suriname, da Guiana e da, ainda colonial, Guiana Francesa, temos nada mais, nada menos que uma extensão de 8 milhões de quilômetros quadrados praticamente contínuos de uma floresta que tem entre 350 a 550 toneladas de biomassa por hectare que, por sua vez, é 70% água como, em média, todo ser vivo o é. Estamos, assim, diante de um imenso “oceano verde” responsável pela evapotranspiração que produz um equilíbrio dinâmico para hidrologia de todo o planeta, um serviço ambiental de que toda a humanidade se beneficia.

No caso dessas duas regiões nos encontramos diante de um enorme patrimônio de diversidade biológica e de paisagens tecidas por uma longa história de convivência de diferentes povos com a natureza. Sem dúvida os povos que aí habitam bem que mereciam uma vida mais digna, sobretudo com respeito às suas matrizes de racionalidade que foram capazes de se desenvolver *com* e não *contra* essa natureza.

Cabe lembrar, ainda, que muitas das principais plantas de que hoje se alimenta a humanidade foram domesticadas pelos ameríndios: a batata (*Solanum tuberosum*), originária do Peru, onde são conhecidos mais de 7000 cultivares, e que é erroneamente chamada de batata inglesa; a mandioca (*Manihot esculenta*) e a macaxeira (*Manihot dulcis*); o milho (*Zea mays*), base da alimentação humana e animal em todo o mundo; a batata doce (*Ipomoea batatas*); o tomate

(*Lycopersicum esculentum*); feijões e favas, como o amendoim (*Arachis hypogaea*); frutas como o cacau (*Theobroma cacao*), o abacaxi (*Ananas sativus*), o caju (*Anacardium occidentale*), o mamão (*Carica papaya*), o ingá (*inga spp.*), e muitas outras; amêndoas como a castanha do Pará (*Bertholletia excelsa*); plantas estimulantes como o guaraná (*Paullinia cupana*), erva mate (*Ilex paraguariensis*), o fumo (*Nicotina tabacum*); plantas medicinais como a ipecacuanha (*Cephalis ipecacuanha*) de que se extrai o cloridato de emetina; a copaíba (do gênero *Copaifera*) usada contra afecções das vias urinárias; a quinina (do gênero *Chinchona*), que até 1930 era o único antimalárico disponível; até plantas de largo emprego industrial como a borracha (*hevea brasiliensis*), ainda não totalmente substituída pela sintética, sobretudo no uso de luvas cirúrgicas e de preservativos de melhor qualidade; a palmeira carnaúba (*Copernicia sp.*) de que se extrai cera e a palha; o timbó (*Theprosia sp.*) que contém ingrediente de DDT - a rotenona - usado como inseticida, na medicina sanitária e na agricultura; além das plantas manufatureiras que os indígenas cultivavam ou utilizavam em estado silvestre como o algodão (*Gossipium spp.*); o caroá (*Neoglaziovia varietata*), espécie de bromélia que usavam para fazer fio e tecido e a piaçaba (*Leopoldinia piassaba*) de largo uso como vassouras, escovas, capachos.

Mais do que esses produtos, que hoje toda a humanidade pode usufruir, há todo um conhecimento da ecologia dessas espécies que envolve modos específicos de apropriação material/simbólica da natureza, matrizes de racionalidade distintas, fundamentais nesse momento de busca de novas referências paradigmáticas para a relação homem-natureza. Eis uma das razões para que reconsideremos o significado desses povos e suas culturas face à importância que têm para o futuro de toda humanidade. Afinal, eles detêm todo um acervo cultural de convivência com esses complexos ecossistemas que chegaram até nós, e com essa enorme diversidade biológica, graças a esses povos que se abrigaram nos vales intramontanos e nas selvas escapando às tentativas de dominação, desde o início do período moderno-colonial. E por isso que a região do sul do México e da América Central abrigam uma das maiores diversidades socio-culturais do planeta, a conferir pelo número de línguas ali faladas sendo que, em alguns lugares, sequer o espanhol ainda hoje é pronunciado depois de 500 anos. Trata-se, portanto, de uma região estratégica para os destinos do planeta o que torna o conhecimento dessas populações que convivem com esses ecossistemas também de importância para toda a humanidade.

O geógrafo e médico brasileiro Josué de Castro chamou a atenção para o fato de a fome não ser um privilégio de nossa época, mas que nossa época convive com um dilema ético e político singular com relação à fome, pelo simples fato de hoje reunirmos todas as condições para a superação do problema. Essa é a diferença de nossa época em relação a outros períodos da história. O mesmo pode ser dito com relação a essas populações que ora são atacadas pela tentativa de desalojá-las de seus territórios cuja riqueza em diversidade biológica tanto contribuíram para constituir. A humanidade pode, hoje, sabendo do que está implicado nessas tentativas atuais de expulsão dos seus territórios, proporcionar a essas populações um destino diferente do que lhes foi oferecido pela lógica assimétrica da moderno-colonialidade. Até mesmo a revolução tecnológica ora em curso, apesar de ter sido desencadeada com outros objetivos, aponta para outras possibilidades históricas para esses povos. Afinal, a crise paradigmática que vivemos precisa de novas referências, de outras matrizes de racionalidade.

A telemática, por exemplo, enseja novas e outras perspectivas para essas populações originárias. Ela diz respeito àquilo que Pirre Lèvy chamou de tecnologias da inteligência. É sabido que a informática, com o computador, torna possível que estabeleçamos uma lógica não-linear com o conhecimento. Ao contrário da escrita que exige que obedeçamos à seqüência justaposta, linear, de cada letra, de cada palavra, de cada frase, da seqüência das frases, dos parágrafos, das páginas de um texto, com o computador, por meio de um simples clique no *mouse*, podemos navegar de um assunto para outro, fazendo interconexões em rede, tal e qual fazemos numa conversa de bar, quase sempre não-linear.

O mesmo pode-se dizer dos saberes tradicionais, mais holísticos e não-lineares. Como as próprias teorias da comunicação nos esclarecem, a informação é diferente do dado. A informação pressupõe que o dado foi apropriado seja por uma teoria, seja por uma matriz cultural que lhe dê sentido, que lhe dê significação. Sendo assim, por exemplo, não basta que exista uma espécie botânica. É necessário que ela tenha ganho a dimensão de informação que, por sua vez, pressupõe

uma teoria, assim como cada dado, cada fato, só adquire sentido numa cultura. Muitos pesquisadores das ciências naturais já experimentaram essa situação em seus trabalhos de campo onde se apropriam do saber de populações indígenas, ribeirinhos, mateiros, pescadores, saberes sem os quais dificilmente teriam defendido suas teses e publicados seus trabalhos.

Assim, junto com a biodiversidade que, muitos vêm destacando, necessariamente a diversidade cultural também ganha dimensão política. A tradição ganha a dimensão de suporte de modernidade. Deste modo, as novas tecnologias de comunicação, até por permitir que nos expressemos de modo não-linear, valorizam essas outras matrizes de racionalidade, emprestando-lhe uma dignidade que, cada dia mais, vem sendo reconhecida, inclusive, nos meios acadêmicos, como bem é o caso dos cientistas, filósofos e artistas que subscreveram os documentos da UNESCO de Paris e de Veneza, em 1986 e em 1991.

Há, assim, novas possibilidades históricas para essas populações cabendo a nós identificar que o discurso ambiental abriga posições diferenciadas e que um novo paradigma de relação homem-natureza, como não poderia deixar de ser, emerge dessas populações que se desenvolveram numa relação *com* e não *contra* a natureza e só poderia emergir fora do pólo hegemônico do mundo moderno-colonial mas, sim, entre nós na África, na Ásia e na América Latina e Caribe.

Na criação de unidades de conservação da natureza há, com certeza, mais do que razões técnicas para proteger ou conservar a diversidade biológica do planeta. Há, pelo menos, duas grandes matrizes de racionalidade — uma que opera com a separação entre natureza e cultura, com sua origem no pólo hegemônico do mundo moderno-colonial, e outra em que o ecológico e o social estão imbricados em busca de uma nova racionalidade ambiental (LEFF, ESCOBAR, TOLEDO, ALTIERI, POSEY, BALÉE, DIEGUES, GONÇALVES).

R-EXISTÊNCIA INDÍGENO-CAMPONESA CONTRA O LATIFÚNDIO GENÉTICO

O advento da biotecnologia colocou a defesa da diversidade biológica como uma questão estratégica. Por tudo que já assinalamos, a América Central e a Amazônia se tornaram, por isso mesmo, regiões de altíssima relevância geopolítica. Ainda nos anos 70, quando a biotecnologia ainda não se colocava no horizonte dos interesses empresariais, a não ser de modo marginal, as agências multilaterais de desenvolvimento — BIRD, BID, FMI — associando-se a grande grupos empresariais patrocinaram e avalizaram grandes projetos de infra-estrutura de transportes e energia (hidrelétricas, por exemplo) tanto na Amazônia como na América Central. Na América Central⁴, em 1974, iniciou-se a segunda fase do Projeto ‘Cerro de Oro’, com a construção da represa Cerro de Oro no alto rio Papaloapan (a primeira parte se iniciou nos anos 50 com a construção da represa Temazcal). A partir daí foi desencadeado todo um reassentamento de populações. Na zona florestal de Nuevo Ixcatlán e Chihualtepec, foram assentados 12.000 mazatecos, mixes e chinantecos. Em Uxpanapa foram assentados cerca de 15.000 chinantecos. Nem mesmo os lugares sagrados foram respeitados, como o alto Papaloapan era para os mazatecos e chinantecos (TOLEDO, 1995). Como bem salientou Alejandro Toledo, “Se operó, así, un doble desenraizamiento: 1. El de la población indígena, obligada a abandonar miles de hectáreas de las más fértiles de sus tierras (19 mil ha se calcula, en el caso de los chinantecos), que serían sepultadas por la inundación de los vasos de las presas. Más de 20 mil mazatecos, y entre 20 y 15 mil chinantecos, fueron desalojados y obligados a abandonar un hábitat y un medio que les había proporcionado el sustento durante siglos. 2. La destrucción de la cubierta vegetal, especialmente en las áreas ocupadas por la selva tropical lluviosa de Istmo central. En ambos casos se trataba de selvas tropicales húmedas, esto es, un ecosistema de alta diversidad y complejidad, que requirió para alcanzar su madurez y su climax de procesos que tardaron millones de años” (TOLEDO, 1995: 139).

Tal como na Amazônia brasileira, a crise econômica que se seguiu viria se tornar aliada da resistência das populações indígenas e camponesas, impedindo que a devastação continuasse e atingisse proporções ainda maiores do que tornaram.

Dessa crise as populações que tradicionalmente habitavam essas áreas puderam sair trazendo

4 Para maiores detalhes sobre os impactos na Amazônia brasileira ver Gonçalves 2001b.

novos conceitos fundados em outra racionalidade. É o caso da proposta de Reservas Extrativistas, trazida pelos seringueiros da Amazônia brasileira do que Chico Mendes foi um exemplo. Afinal, trata-se de uma unidade de conservação ambiental onde as populações são as protagonistas (sociedade *com* a natureza) e, assim, rompem com a idéia de unidade de conservação que expulsa a população (sociedade *contra* a natureza). A Reserva Extrativista inspiraria as populações do sul do México com a proposta da Reserva Campesina de Biodiversidade de los Chimalapas. Aqui o nome explicita a dupla dimensão que bem caracteriza a nova racionalidade que propõem — social, na medida que explicita o caráter camponês, e ecológico, explicitando que se querem protagonistas da conservação da diversidade biológica.

No entanto, nesse momento vemos, novamente, aquela vertente tradicional do ambientalismo, que tem sua origem na Europa e nos Estados Unidos, e que continua operando com a velha lógica dicotômica e ignorando toda a dimensão político-cultural implicada no debate ambiental. Tentam retomar a já superada visão de unidade de conservação que ignora a importância dos saberes das populações que tradicionalmente se desenvolveram *com* a natureza. Na verdade, reinventam a velha prática moderno-colonial de se apropriar dos recursos naturais das populações originárias sempre com argumentos novos para justificar velhas práticas, agora reinventando um novo tipo de latifúndio.

E, novamente, as populações do sul do México, muitas das quais desalojadas e reassentadas na área específica ora em conflito há não mais do que 25 anos, como os choles, tseltales, tzotziles y tojolobales, se vêem ameaçadas de novo deslocamento, agora em nome da preservação da natureza. Como se vê, mudam os argumentos mas os que sofrem deslocamentos sucessivos são sempre os camponeses e indígenas, ignorando a contribuição dessas mesmas populações na co-evolução com a diversidade biológica ali existente.

No caso específico que ora ameaça as populações indígenas e camponesas chiapanecas há que se considerar que a presença das comunidades em Montes Azules é que tem criado dificuldades à devastação do bosque florestal impedindo, em muitos casos, o saque de madeiras preciosas e outros produtos da natureza.

Tentar criar unidades de conservação ambiental, a pretexto de proteger a biodiversidade, expulsando povos e suas culturas que co-evoluíram com os ecossistemas é desconhecer todos esses fatos e sua contribuição para toda a humanidade e o planeta. Assim, insistimos, dá-se sobrevida a um paradigma que já demonstrou seus limites criando unidades de conservação onde natureza e cultura se excluem. Na verdade introduzem na vida dessas populações que habitam as selvas da América Central e da Amazônia uma dicotomia homem e natureza que jamais fez parte de suas vidas com propostas de unidades de conservação ambiental que expulsam esses povos, quase sempre por meio de entidades não-governamentais de origem estadunidense ou européia, constituindo verdadeiros *latifúndios genéticos*. Não existe expressão mais apropriada do que essa — *latifúndio genético* — pois se trata de constituir grandes áreas demarcadas a pretexto de pesquisa científica ignorando todo o saber construído por essas populações que habitam esses ecossistemas. Trata-se, mais uma vez, de uma imposição colonial, agora constituindo *latifúndios genéticos*, a pretexto de proteção da natureza que, sabemos, corre perigo exatamente em função da lógica e da prática dicotômicas, produtivistas e consumistas, impostas a todo o mundo pelos europeus e pelos estadunidenses.

Essas propostas de constituição desses *latifúndios genéticos*, como bem é o caso da Reserva Integral de Biodiversidade de Montes Azules (REBIMA), dão sustentação à nova expansão capitalista que se quer ampliar na América Central por meio do Plano Puebla-Panamá e que chega à América do Sul e à Amazônia⁵ por meio do Plano Colômbia.

O governo mexicano está diante de uma enorme responsabilidade perante a comunidade internacional e tendo que se definir se opta (1) pela visão européia e estadunidense de conservação da natureza que se opõe às culturas e povos tradicionais que, praticamente, foram dizimadas em seus territórios, ou (2) toma as populações originárias como protagonistas da sua

5 Registre-se, ainda, recente pesquisa lançada no Brasil sobre a Amazônia e que aponta que as áreas de maior diversidade biológica no Acre e em Rondônia são áreas ocupadas por indígenas e camponeses e que fazem uso de baixo impacto dos recursos naturais. No entanto, nessas mesmas áreas lá estão diferentes organizações não-governamentais, quase sempre apoiadas com recursos provenientes dos países do pólo hegemônico, propondo a criação de reserva biológica ignorando domínio de populações tradicionais sobre seus territórios.

política nacional e, assim, considera que é patrimônio nacional mexicano não somente a biodiversidade mas, também, as culturas daqueles que tanto contribuíram para ela. E esse é um patrimônio que os países do sul têm a oferecer a toda a humanidade o que exige. que reinventemos nossa inserção no mundo não mais, simplesmente, como exportador de seus recursos naturais para consumo alheio, benefício dos que exportam e miséria e degradação para a maior parte de nossas populações e, agora vemos, colocando em risco o que ainda resta de riqueza em biodiversidade que chegou até a nós pelas práticas dessas populações que ora se vêem ameaçadas de desterritorialização.

Esse desafio exige, ainda, que a própria sociedade mexicana se coloque diante dessa questão estratégica pelo enorme significado que a riqueza em material genético que essa região dispõe e que, tudo indica, está sendo ameaçada por interesses imediatistas. Pairam denúncias graves sobre contrabando de material genético (biopirataria) dessa região contra entidades que estão tendo um papel protagônico na expulsão daquelas populações, conforme denunciado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos⁶. Consta que, até mesmo, funções que são prerrogativas das Forças Armadas, como levantamento aerofotogramétrico, estão sendo desempenhadas na região por entidades patrocinadas por grupos empresariais⁷.

Não olvidemos que toda a regulamentação fundiária da região comporta suspeitas que cabe investigar para que se esclareça, de uma vez por todas face a enorme relevância estratégica de tudo que ali está implicado, porque “en vez de reconocer a dichas familias y sus derechos el gobierno del entonces presidente Luis Echeverría le otorgó 614321 hectáreas de las tierras en disputa a un grupo de 66 familias indígenas Caribes que hoy en día se reconocen como los Lacandones, así creando la Zona Lacandona. Vale la pena mencionar que dicho otorgamiento se dio aunque los Lacandones solo habían solicitado 10000 hectáreas, menos de ochos meses después del tramite de solicitud de tierras, *y sin precedente en la historia Mexicana de un otorgamiento de tierras a un pueblo indígena*. Además de que dicho otorgamiento afecto a miles de familias de la zona, en 1978 el gobierno vuelve a tomar decisiones unilaterales en decretar que las 331200 hectáreas que se encuentran alrededor de la Zona Lacandona formarían parte de la Reserva Integral de la Biosfera de Montes Azules”.

A significação que essa região comporta exige que se cumpra um princípio que, ademais de já fazer parte do ordenamento jurídico mexicano, implica o respeito à cultura desses povos, como parte da diversidade cultural da humanidade, num momento histórico em que, em toda parte, se busca novas referências para a relação sociedade humana e natureza tão ameaçada pelo modelo civilizatório que vem sendo imposto ao mundo inteiro. Urge, assim, que não se leve a cabo nenhuma ação que lhes afetem diretamente; que se proteja de maneira especial os direitos territoriais dos povos indígenas e que se proíba o deslocamento unilateral desses povos, conforme solicitação cautelar feita à Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 29 de março de 2002.

A resistência dos povos indígenas e dos camponeses já se faz sentir tanto entre os mexicanos como entre os brasileiros. A Carta do Pajés (Sábios Indígenas), elaborada no encontro realizado em 17 de maio de 2000, em Brasília, por 20 Pajés de diferentes regiões do Brasil, é uma clara demonstração que essas populações têm hoje perfeita compreensão não só dos seus inimigos mas, também, do significado de sua(s) cultura(s) para si próprios, para os países com os quais a história reservou seu destino e para a humanidade como um todo. Ali pode-se ler que ‘o Encontro dos Pajés foi a maneira que encontramos para reunir a sabedoria dos nossos espíritos, pois é preciso que o homem branco saiba ouvir a nossa voz. Chama[mos] a atenção de todos que é preciso fazer leis para proteger nossa sabedoria e os conhecimentos tradicionais contra a biopirataria, o roubo das plantas, do nosso sangue, das madeiras e dos minerais. Tudo o que protegemos durante séculos pertence ao Brasil e aos povos do Brasil . (...)Diante de tudo isso, os pajés assinam com suas mãos este documento afirmando seu compromisso com a vida, mas é preciso um compromisso do governo federal. O compromisso de nunca abandonar os povos

6 Denúncia protocolada pela Red de Defensores Comunitarios por los Derechos Humanos de Chiapas junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

7 Cabe investigação, em particular, da Conservation International, organização que contaria entre seus colaboradores grandes grupos econômicos como o Grupo Pulsar, McDonalds, Disney, Exxon, Ford, e, ainda, com mais de 250 milhões de dólares da corporação estadunidense Americana Intel. Mais grave, ainda, é que esta mesma organização está entre aquelas que exigem o desalojo de 16 comunidades indígenas da floresta em que vivem.

indígenas em nome do desenvolvimento errado que tem causado mais pobreza do que riqueza aos brasileiros. O governo brasileiro deve fazer um grande esforço para terminar a demarcação das terras. O governo do Brasil deve fortalecer suas relações com os povos indígenas, criando uma Funai⁸ forte e capaz de proteger as questões indígenas. Nós, os pajés, estamos rezando todos os dias e o grande espírito quebrará a força do inimigo, fazendo com que tenhamos terras e vida para todos os brasileiros, preservando o meio ambiente e a força espiritual”.

O mesmo pode ser visto nesta declaração de um dos *mixes*, povo referência da r-existência dos indígenas mexicanos que habitam o sul do país⁹: “Para nosotros, la tierra es algo más que un recurso: es un origen. De hecho hay una apreciación sumamente diferente entre el campesino que produce al mercado, para quien la tierra es un simple recurso material y el indígena que ve en ella a una madre a la cual se le debe respeto ... (...) Hay una relación sumamente diferente, porque nosotros debemos consultar la tierra antes de trabajarla ...“ (TOLEDO, 1995 :149).

As populações indígenas e camponesas são portadoras de um acervo cultural extremamente rico, assim como de um enorme conhecimento a respeito da biodiversidade das florestas e demais ecossistemas e, por isso, se constituem em importantes protagonistas para o desenvolvimento de tecnologias de ponta, como a biotecnologia, exatamente num momento em que o conhecimento se torna um dos principais trunfos para o futuro. Que se reconheça, definitivamente, os direitos patrimoniais que têm derivados do conhecimento que elaboraram em situações as mais adversas nesses últimos 500 anos e não se faça, mais uma vez, a separação homem e natureza expulsando-as de suas terras. Como se vê, a separação dos homens e mulheres da natureza, pilar do paradigma hegemônico no mundo ocidental, é mais do que simplesmente um conjunto de idéias ou de pressupostos filosóficos, embora o sejam; são, também, práticas políticas e sociais que, com “sangue, suor e lágrimas”, vêm separando concretamente essas populações de seus *hábitats*. Que se faça, portanto, justiça ambiental!

Resumo: Este trabalho contém um conjunto de reflexões que reúne pesquisas científicas de várias disciplinas com o firme propósito de contribuir para que se impeça a injustiça histórica prestes a se cometer contra a humanidade, particularmente contra várias comunidades que habitam o sul do México que, direta ou indiretamente, serão atingidas pela criação de uma unidade de conservação ambiental cujos pressupostos ignoram a importância dos povos e das suas respectivas culturas nos cuidados da natureza. Nesse sentido, este trabalho busca oferecer uma contextualização da história recente, da constituição do campo ambiental, de tal modo que o leitor possa discernir que, por trás de discursos aparentemente semelhantes, se escondem práticas sociais distintas. Que a justiça ambiental seja feita.

Palavras-chave: Latifúndio Genético, Comunidades Indígenas, Campesinato.

Abstract: *This work has a set of reflections about scientific researches of several disciplines with intention to contribute firmly to prevent a historical injustice that is closely to make against the humanity; specially against several communities from the south of Mexico, that will be affected, directly or indirectly by the implementation of an environmental conservation unit ignoring people importance who live there, their culture and how they are careful with environment. In this sense, our work, intend to offer a view to constitute the environmental field recent history Thus the reader will be able to examine and know that similar speeches, can hide very different social practices. We desire that environmental justice may be made.*

Key-words: *communities, territoriality biotechnology.*

BIBLIOGRAFIA

- ABELLA, Gonzalo e Fogel, Ramon 2000 *Principios de intervención en la capacitación comunitaria*, México D.F., PNUMA.
- AB’SABER, Aziz Nacib 1977 Espaços ocupados pela expansão dos climas secos na América do

8 Fundação Nacional do Índio, órgão oficial brasileiro para as questões indígenas.

9 Em 1521, após a expedição de Francisco Orozco, os espanhóis declararam consumada a conquista da região do golfo de Tehuantepec e do sul do México. Entretanto, já em 1547 ocorre a primeira rebelião zapoteca em Chichicapa, no alto do Vale dei Zimatlán. Em 1550 outra rebelião em Zaachila. Os mixes ‘opusieron la resistencia más vigorosa y obstinada. Jamás fueran vencidos’ (1570, 1660 e 1661) (Toledo, 1995 189). ‘Prácticamente todos los pueblos de la región se sublevaron. Ajusticiaron al alcalde mayor de Tehuantepec, Juan de Aveilán, y nombraron a un gobernador y alcaldes indígenas. Más de un año duraron los pueblos del istmo en poder de los sublevados. Después fueron sometidos. Sus líderes fueron aprehendidos y fusilados. Otros fueron azotados, torturados, presos y desterrados a perpetuidad. Los cabecillas, como Gerónimo Flores, fueron literalmente despedazados y sus restos exhibidos por los caminos reales de Tehuantepec. Así concluyó este trágico intento de rebelión. (...) En septiembre de 1715 se produce otra revuelta indígena en el istmo’ (Toledo, 1995: 190-1). Já com o México independente estala em 1827 em Ixtaltepec uma luta armada pela recuperação das terras comunais. Em 1834 e 1849 os zapotecos, os huaves e os chontales ‘se sublevaron reclamando la propiedad de sus tierras y el derecho a la explotación de sus salinas, lograron levantar en armas prácticamente todos os pueblos del istmo. (...) Outra rebelião, encabeçada Gregório Meléndez, se dá em 1850. Outra mais em 1881, em plena ditadura profirista motivada por la vieja lucha por la tierra y por salinas. Os exemplos poderiam se multiplicar desta histórica resistência.

- Sul, por ocasião dos períodos glaciais quaternários. São Paulo, USP, Instituto Geográfico, Paleoclimas, 3:1-19.
- ALTVATER, Elmar, 1994 *O Preço da Riqueza*, (São Paulo Edunesp)
- BACHELARD, Gaston, 1982, *Poética do Espaço*, em *Os Pensadores*, (São Paulo, Abril ed.)
- BALÉE, William 1987 *Cultural forest of the amazon*. Garden 11(6) p. 12-14 e 32.
- BALÉE, William 1988 *Indigenous adaptation to amazon palm forests*. Principles 32 (2) p. 47-54.
- BECK, U. 1992, *Risk Society. Towards New Modernity* (Londres, Sage).
- BERNARDO, João, 2000, *Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores* (São Paulo, Boitempo)
- BOURDIEU, Pierre, 1989 *O Poder Simbólico* (Lisboa-Rio de Janeiro, Difel-Bertrand)
- CASSIRER, Ernst, 1977, *Antropologia Filosófica — Introdução a uma Filosofia da Cultura Humana* (São Paulo, Mestre Jou)
- CASTORIADIS, Cornelius 1982 *A Instituição Imaginária da Sociedade* (Rio de Janeiro, Paz e Terra)
- CAPRA, Fritjof 1988, *Sabedoria Incomum* (São Paulo, Cultrix)
- CECENA, Ana Esther, 2001, *El Nuevo Pensamiento y la Transformación de la lucha en Argentina — entrevista com Victor de Gennaro*, em Revista Chiapas no. 11, 61-74 (México, UNAM/Ediciones Era)
- CLASTRES, Pierre, 1982, *Arqueologia da Violência — Ensaio de Antropologia Política*, (São Paulo, Brasiliense)
- ESCOBAR, Arturo 1996a, *La Invención del Tercer Mundo — Construcción y Desconstrucción del Desarrollo* (Santa Fé de Bogotá, Norma ed.)
- ESCOBAR, Arturo e Pedrosa, Alvaro 1996b, *Pacífico: Desarrollo o Diversidad?* (Santa Fé de Bogotá, Cerec).
- ESPINOSA, Myriam Amparo, 2001 *Contraste entre Miradas Colonizadoras y Subalternas sobre Plan Colombia* (Cauca, mimeo)
- FUNTOWICZ, Silvio e de Marchi, Bruna, 2000 “*Ciencia Posnormal, Complejidad Reflexiva y Sustentabilidad*”, em en Leff, Enrique (coordinador) *La Complejidad Ambiental* (México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA).
- GARCIA Linera, Álvaro 2001, *Mulitud y Comunidad — La Insurgencia Social en Bolivia* em Revista Chiapas no. 11, 07-16 (México, UNAM/Ediciones Era)
- GIDDENS, Anthony, 1989 *A Constituição da Sociedade* (São Paulo, Martins Fontes)
- GIDDENS, Anthony, 1991, *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*, (Cambridge, Polity).
- GONÇALVES, Carlos W. Porto, 1985 — Os Limites d’ Os Limites do Crescimento - Dissertação de Mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GONÇALVES, Carlos W. Porto, 1996 — *Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável*, em Revista Terra Livre no. 11-12 (São Paulo, Marco Zero/AGB, São Paulo)
- GONÇALVES, Carlos W. Porto 2000, *Para Além da Crítica aos Paradigmas em Crise: Diálogo entre diferentes matrizes de racionalidade* (Caracas, Anais do III Encontro Iberoamericano de Educación Ambiental).
- GONÇALVES, Carlos W. Porto 2001a, *Geo-grafías. Movimientos Sociales, Nuevas Territorialidades y sustentabilidad*, (México, Siglo XXI).
- GONÇALVES, Carlos W. Porto 2001b, *Amazônia, Amazônias*, (São Paulo, Contexto)
- GONÇALVES, Carlos W. Porto 2001c, *Meio Ambiente, Ciência e Poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade*, em *Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade* (São Paulo, Educ/Fapesp:135-162)
- GONÇALVES, Carlos W. Porto, 2001d *Para Além da Crítica aos Paradigmas Em Crise; Diálogo entre diferentes matrizes de racionalidade* (Popayan — Cauca — Colômbia, VII Coloquio de Geografia Universidad del Cauca — Facultad de Ciencias Humanas y Sociales — Programa de Geografía del Desarrollo Regional y Ambiental)
- GONÇALVES, Carlos W. Porto 2002 *Da geografia às geo-grafias — um mundo em busca de novas territorialidades*. In *La guerra infinita — hegemonía y terror mundial*, Clacso, Buenos Aires, Argentina.

- GUATARRI, Felix 1982, *Micropolítica - Cartografias do Desejo* (Rio de Janeiro, Brasiliense)
- LANDER, Edgardo (compilador) 2000 *La Colonialidad del Saber — eurocentrismo y ciencias sociales — perspectivas latinoamericanas —* (Buenos Aires, Clacso/ Unesco)
- LATOUR, Bruno 1989 *Nós Jamais Fomos Modernos* (Rio de Janeiro, Ed. 34)
- LEFF, Enrique 1994, *Ecología y Capital* (México, Siglo XXI).
- LEFF, Enrique 1998, *Saber Ambiental: Sustentabilidad, Racionalidad, Complejidad, Poder* (México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA).
- LEFF, Enrique 2000, *Pensar la Complejidad Ambiental*, en Leff, Enrique (coordinador) *La Complejidad Ambiental* (México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA).
- LEFF, Enrique 2001, *Epistemologia Ambiental* (São Paulo, Cortez).
- LÉVY-Strauss Claude, 1989 *O Pensamento Selvagem* (São Paulo, Papyrus)
- MARX, Karl e Engels, F. 1947, *The German Ideology* (N. York, International Publishers)
- MOSCOVICI, Serge 1972 *A Sociedade Contra a Natureza* (Petrópolis, Vozes)
- MANGABEIRA, Nancy, 2001 *Da Foz à Nascente - o Desafio do Rio* (São Paulo, Cortez)
- MUMFORD, Lewis 1973 *A Cidade na História* (2 vols.) (Brasília, UnB).
- NEGRI, Antonio. e Hardt, Michael 2001, *Império* (Rio de Janeiro-São Paulo, Record)
- OVALLES, Ornar 1999 *Las reservas de biosfera: estrategia de protección ambiental y desarrollo sustentable*. Biblioteca de Arquitectura da Universidade Central da Venezuela, Caracas.
- POLANYI, Karl, 1978 *A Grande Transformação*, (São Paulo, Campus)
- POSEY, Darrell A . 1986 *Manejo de Floresta Secundária, Capoeiras, Campos e Cerrados*. (Kayapó). Em: D. Ribeiro (Ed.), p. 173-185.
- PRIGOGINE, Illia e Stengers, Isabele *A Nova Aliança. Metamorfose da Ciência* (Brasília, Ed. UnB).
- QUIJANO, Anibal 2000 *Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina*. In *La Colonialidad del Saber — eurocentrismo y ciencias sociales — perspectivas latinoamericanas —* Edgardo Lander (compilador) Buenos Aires, Clacso/Unesco)
- RIBEIRO, Berta G. 1990 *Amazônia Urgente — Cinco séculos de história e ecologia*, Ed. Itatiaia/INEP/CNPq, São Paulo.
- RIBEIRO Darcy (Ed.) 1986 *Suma etnológica brasileira. Edição atualizada do Handbook of South american indians*, vol. 1 — Etnobiologia, Coord. Berta G. Ribeiro, Ed. Vozes, Petrópolis.
- SANTOS, Boaventura de Souza 1996, *Um Discurso sobre as Ciências* (Porto, Afrontamento, 8 edição)
- SANTOS, Boaventura de Souza, 1997 *Pela Mão de Alice — o social e o político na pós-modernidade* (São Paulo, Cortez, 3ª edição)
- SANTOS, Boaventura de Souza, 2000 *Introdução a uma Ciência Pós Moderna* (Rio de Janeiro, Graal, 3ª edição)
- SANTOS, M., 1996, *A Natureza do Espaço — técnica e tempo/razão e emoção* (São Paulo, — Hucitec)
- THOMPSON, Edward, 1998 *Costumes em Comum : Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional* (São Paulo, Cia das Letras)
- THOMPSON, Edward, 1983 *A Miséria da Teoria* (Rio de Janeiro, Zahar ed.)
- TOLEDO, Alejandro 1995 *Geopolítica y desarrollo en el istmo de Tehuantepec*, México, centro de Ecología y Desarrollo.
- TOLEDO, Vitor et al. 1978 *Estudio Botánico y Ecológico de la Región del rio Uxpanapa*, Vera Cruz. No. 7: El Uso Múltiple de la selva basado en el conocimiento tradicional, en *Biotica* 3 (2): 85-101.